



Um Exame de Prescrições sobre Saberes Elementares Aritméticos para o Ensino Primário Sergipano (1890-1931)

An examination of Arithmetic Elementary Knowledge prescriptions for primary education span in Sergipe (1890-1931)

Wilma Fernandes Rocha¹

Ivanete Batista dos Santos²

Resumo

Neste artigo é apresentado o resultado de uma pesquisa que examinou documentos como Regulamentos da Instrução Pública, Programas de Ensino, Mensagens de Presidentes do Estado e Relatórios de Grupos Escolares e da Instrução Pública, com o objetivo de caracterizar os saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino primário em Sergipe, no período de 1890 a 1931. Como fundamentação, foram utilizados estudos como os de Souza (2006); Pardim e Souza (2012) e Valente (2015), para um entendimento sobre ensino primário, método e saberes elementares. A partir do exame, foi possível caracterizar os saberes elementares aritméticos como números, a arte de calcular por meio de algarismos de forma prática com as quatro operações, frações e sistemas de unidades de medidas, proporção, regra de três, porcentagem e desconto prescritos para serem abordados por meio do método intuitivo. No período a maioria dos saberes permaneceram inalterados nos Programas, com a exceção de “medidas”.

Palavras-chave: Saberes Elementares Aritméticos. Ensino Primário em Sergipe. Regulamento da Instrução Pública. Programa de Ensino. Mensagem de Presidente do Estado.

Abstract

In this article we present the result of a research which examined documents such as Public Instruction Regulations, Course Descriptions, State Presidents Messages and Reports of School Groups and Public Instruction, aiming to characterize arithmetical elementary knowledge for primary education in Sergipe during the period of 1890 to 1931. We used as theoretical foundations the studies as of Souza (2006); Pardim and Souza (2012) and Brave (2015) for an understanding on primary education, method and elementary knowledge. From the examination, it was possible to characterize the arithmetical elementary knowledge as the study of numbers, the art of simple calculations by means of numbers using the four mathematical operations, the study of fractions and the metric system, ratios and proportions, the rule of three, percentage and discount, prescribed to be covered by means of

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGEICIMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a orientação da Profa. Dra. Ivanete Batista dos Santos. E-mail: srawilmarocha@yahoo.com.br.

² Docente do Departamento de Matemática (DMA) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGEICIMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ivanetebs@uol.com.br.

the intuitive method. In the period examined, all the elementary knowledge but “measurement” remained unchanged in the course descriptions.

Keywords: Arithmetical Elementary Knowledge. Primary Education in Sergipe. Public Instruction Regulations. Course Description. State Presidents Message.

Considerações iniciais

Documentos como Regulamentos da Instrução Pública, Programas de Ensino, Mensagens de Presidentes do Estado e Relatórios de Grupos Escolares e da Instrução Pública³, foram examinados com o objetivo de caracterizar os saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino primário em Sergipe, no período de 1890 a 1931⁴.

Para atender ao objetivo da pesquisa foi necessário adotar um entendimento inicial para a expressão “saberes elementares aritméticos” para o ensino primário, uma vez que segundo Valente (2015)

[...] não caberia à rubrica Matemática. Afinal, essa não é nem mesmo a nomenclatura encontrada nos documentos oficiais [...] Mas, há ensinamentos de matemática nos primeiros anos escolares... E como, nas pesquisas, está sendo considerado o primeiro nível escolar, o mais elementar, melhor seria levar em conta os ‘saberes elementares matemáticos’ [...] Existem rubricas as mais variadas que contêm saberes matemáticos. Pode-se citar, por exemplo: Cálculo, Aritmética, Desenho, Trabalhos Manuais, Geometria, Modelagem, Cartografia etc., a depender do contexto local e das reformas estabelecidas para reger a escola primária em diferentes pontos do país (VALENTE, 2015, p. 17-18).

E foi com um sentido semelhante ao adotado por Valente (2015), para “saberes elementares matemáticos” que utilizamos a expressão “saberes elementares aritméticos” para examinar os documentos relativos à Sergipe. Além disso, antes de iniciar o trabalho com as fontes, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para identificar trabalhos que já haviam sido produzidos em Sergipe com temáticas próximas a desta pesquisa, na forma de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e artigos.

³ Os referidos documentos embora tenham sido coletados em acervos de arquivos sergipanos estão disponibilizados no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina, que “constitui-se de espaço virtual no qual têm sido alocados os documentos digitalizados dos projetos coletivos de pesquisa [...] voltadas para a História da Educação Matemática” (COSTA, 2015, p.32-33). O repositório é alimentado por fontes coletadas e compartilhadas por pesquisadores de vinte e dois estados que são vinculados ao Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática - GHEMAT.

⁴ A temática aqui apresentada é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, intitulada “Saberes elementares aritméticos no ensino primário em Sergipe (1890-1944)”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGE/CIMA) da Universidade Federal de Sergipe.

O primeiro dos trabalhos examinados foi desenvolvido por Ferreira (2013), que buscou compreender como os saberes elementares aritméticos foram propostos em documentos legais, de forma a identificar elementos de mudança e continuidade no que diz respeito aos conteúdos, métodos e recursos no período de 1901 a 1931. Ferreira (2013) afirma que realizou pesquisa sobre algumas produções da história da educação matemática em Sergipe e apesar de conter temáticas diferentes, contribuíram para que o autor fizesse as primeiras aproximações com trabalhos históricos, principalmente no tratamento das fontes.

Já o trabalho de Santos (2013), teve como objetivo buscar possíveis alterações nos conteúdos das disciplinas Geometria e Desenho e as recomendações sobre como o professor deveria conduzir esses saberes no ensino primário, em relação aos métodos e aos conteúdos, no período de 1911 a 1931 em Sergipe e concluiu que não havia uma separação evidente, sobre o que seria desenho e o que seria geometria⁵.

A dissertação de autoria de Fonseca (2015), com o título “Aproximações e distanciamentos sobre os saberes elementares geométricos no ensino primário entre Sergipe e São Paulo (1911-1930)”, teve por objetivo identificar aproximações e distanciamentos sobre os saberes elementares geométricos no ensino primário entre Sergipe e São Paulo, no período de 1911 a 1930, a partir dos conteúdos(s), métodos (s) e recursos(s). Do exame das fontes, a autora construiu uma narrativa, tomando Sergipe como ponto de partida e justifica que a “[...] opção por São Paulo ocorreu devido ao fato de ter localizado uma quantidade significativa de trabalhos já produzidos sobre São Paulo, relacionados aos saberes elementares geométricos no ensino primário” (FONSECA, 2015, p.21).

Fonseca (2015) identificou elementos de aproximações e de distanciamentos referentes aos conteúdos(s), método(s) e recurso(s) em relação aos saberes geométricos entre os estados de Sergipe e São Paulo, por exemplo, os saberes elementares geométricos em São Paulo aparecem nas disciplinas/matérias Formas, Geometria, Desenho e Trabalhos Manuais, já em Sergipe não foi identificada rubrica Formas, Geometria e os saberes geométricos foram abordados nas disciplinas/matérias Desenho e Trabalhos manuais.

⁵ Vale destacar que em investigações desenvolvidas sobre essa temática por pesquisadores vinculados ao GHEMAT, a exemplo de Leme da Silva (2015), a opção foi por não denominar de Geometria ou Desenho, mas utilizar o termo saberes geométricos “entendendo todos os conceitos, definições, temas, propriedades e práticas pedagógicas relacionadas à geometria que estejam presentes na cultura escolar primária” (LEME DA SILVA, 2015, p.42).

Na outra dissertação, “Uma investigação acerca dos saberes elementares matemáticos na formação de normalistas em Sergipe (1890 – 1930)” de autoria de Santos (2015), há uma análise de como foram organizados os saberes matemáticos (Aritmética, Álgebra, Geometria e Desenho) para o Curso Normal do Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB) no Estado de Sergipe, a partir da legislação publicada dos anos 1890 aos anos 30 do século XX. Nas fontes, foram identificados registros da presença de saberes matemáticos na formação das normalistas desde o princípio da organização do curso. Concluiu que as *mathematicas* estiveram voltadas ao ensino das matérias de Aritmética, Álgebra, Geometria e Desenho, porém os saberes aritméticos assumiram lugar de destaque, tanto como exigência para admissão no curso, como matéria preconizada em todos os documentos analisados.

Outra investigação examinada, no formato de artigo, sobre saberes elementares matemáticos para o curso primário em Sergipe, foi produzida por Santos e Fonseca (2014), com o objetivo de “identificar características dos saberes elementares matemáticos, propostos para o ensino primário, no que diz respeito a possíveis justificativas, aos conteúdos e ao método de ensino” (SANTOS e FONSECA, 2014, p.237). No referido trabalho, foi possível identificar nos Regulamentos referências às matérias, Aritmética e Desenho e em relação aos Programas, e destacou que a

[...] opção aqui adotada foi tentar compreender as prescrições postas em cada um deles com o método sugerido, no caso o intuitivo. Tal tarefa foi facilitada a partir da opção adotada de tomar como referência a proposta sistematizada por Norman Calkins (1950) no manual *Lições de Coisas*. Nesse exercício constatou-se que os programas foram elaborados tomando as recomendações do método desse autor, algumas vezes de forma aligeirada; e, por outras vezes, em outra forma detalhada. (SANTOS e FONSECA, 2014, p. 252-253).

O exame efetuado nesses trabalhos permitiu, além da identificação do uso de fontes semelhantes, a exemplo de Regulamentos e Programas de Ensino, uma mudança e um cuidado no uso das referências a matéria/disciplina Aritmética, Geometria e Desenho para saberes aritméticos, saberes geométricos ou mesmo saberes matemáticos. Na pesquisa aqui apresentada, além da busca por um refinamento para o entendimento de “saberes elementares aritméticos” foram ampliadas os tipos de fontes com a incorporação de Mensagens de Presidentes do Estado e Relatórios de Grupos Escolares e da Instrução Pública, na tentativa de refinar uma caracterização em relação aos saberes elementares aritméticos que foram prescritos no período de 1890 a 1931 para Sergipe.

Investigação das fontes em busca de saberes elementares aritméticos

Para a caracterização dos saberes elementares aritméticos no Estado de Sergipe, foi construído, com base nas fontes, um quadro em sequência cronológica de 1890 a 1931⁶, apresentando Regulamentos da Instrução Pública, que continham indicações sobre a organização do ensino, o método e as matérias/disciplinas⁷.

Data	Tipo de documento	Matérias/disciplinas	Método
15-03-1890	Decreto nº 30 Dá Regulamento para a Instrução Pública primária, secundária e normal do Estado de Sergipe.	Aritmética e sistema métrico	intuitivo
19-01-1893	Decreto nº 45 Determina que no serviço da instrução pública se observe o Regulamento	Noções de aritmética e sistema métrico	intuitivo
05-08-1901	Regulamento expedido em virtude do Decreto nº 501	Aritmética	intuitivo
19-10-1912	Decreto nº 571 Expede Regulamento para a Instrução Pública primária, normal e secundária do Estado de Sergipe	Aritmética até regra de três	intuitivo
09-01-1915	Decreto nº 587 Expede Regulamento para o serviço da Instrução Pública do Estado de Sergipe	Aritmética até Sistema Métrico com todas as operações	intuitivo
24-04-1916	Decreto nº 630 Dá Regulamento à Instrução Pública do Estado	Aritmética até regra de três simples	intuitivo
29-10-1921	Decreto nº 724 Dá novo regulamento à Instrução Pública	Cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; Sistema métrico decimal	intuitivo
11-03-1924	Decreto nº 867 Dá novo regulamento à Instrução Pública	No ensino elementar Aritmética, compreendidas as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal e no ensino superior Aritmética elementar.	intuitivo

⁶ A delimitação inicial do marco cronológico é justificada pelo fato do Regulamento da Instrução pública de 1890, como primeiro documento encontrado em nossas pesquisas no Estado de Sergipe. E o final é o ano de 1931 que é a data do último Regulamento examinado nesta pesquisa.

⁷ Foram identificados usos diferentes para as expressões matéria/disciplina a depender do ano. O termo matéria foi utilizado nos Regulamentos de 1890, 1893, 1921 e 1924, já o termo disciplina nos anos de 1912, 1915 e 1931, porém no programa de 1901 são identificados os dois termos e assim serão utilizados neste texto as duas expressões, pois tinham a mesma finalidade, ou seja, dar nome à área de estudo. No *Glossário* é observado que “[...] ao se referir a estudos históricos torna-se necessário buscar o entendimento dado à legislação de cada local examinado [...] faz uso da expressão Matéria/Disciplina justificado por observar que a legislação local apresenta ambos os termos sem diferenciação” (GLOSSÁRIO, 2016, p. 5).

03-02-1931	Decreto nº25 Dá novo regulamento à Instrução Primária do Estado	Aritmética, até sistema métrico, inclusive cálculo	intuitivo-analítico
------------	--	--	---------------------

Quadro 1 – Regulamentos no Período de 1890 a 1931

Fonte: Quadro elaborado a partir de documentos localizados na Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED), no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), localizados em Aracaju - SE e também no repositório da UFSC.

A partir do exame dos Regulamentos postos no quadro 1, foi possível identificar o uso da expressão matérias/disciplinas relacionada, na maioria das vezes, a Aritmética e constatar que a abrangência do saber foi modificada. Por exemplo, em 1901 era *Aritmética* e em 1912 *Aritmética até regra de três*. Foi verificado que o método indicado era o intuitivo, só no Regulamento de 1931 é que o método prescrito era o intuitivo-analítico.

Em busca de outros elementos para caracterizar os saberes elementares aritméticos, foi localizado um Relatório da Diretoria Geral do Ensino Público⁸ encaminhado ao Presidente do Estado⁹ em 1896. No referido Relatório, no item *Livros elementares* havia menção de livros distribuídos no mês de setembro e outros que deveriam ser repostos, no caso: “[...] *Arithmetica*¹⁰ *Elementar* de Antonio Trajano¹¹ para irem cumprindo as faltas que aparecem” (Relatório S/N, 1896, p. 12). A referência a esse livro, foi tomada como um indicativo de utilização em Sergipe e também tratado como uma fonte, para caracterizar os saberes elementares aritméticos.

No exame efetuado na *Aritmética Elementar*, foi identificado que Trajano (1922), definia Aritmética como a ciência elementar dos números e a arte de calcular por meio de algarismos. O mesmo autor definiu que “Algarismos são signaes numéricos e letras que abreviadamente representam os números.” (TRAJANO, 1922, p. 5). E complementou “Número é o que exprime quantas unidades contém uma quantidade” (TRAJANO, 1922, p.7). Foram essas definições tomadas de Trajano (1922) que permitiram ampliar o leque de elementos para caracterizar saberes elementares aritméticos para esta investigação, uma vez que a partir do que está posto em Trajano (1922) foi possível associar quase todos os conteúdos que eram prescritos nos documentos para o curso primário.

⁸ Não foi possível identificar o autor do relatório, pois é encerrado com a frase: *Saúde e fraternidade*.

⁹ Gestor que corresponde, atualmente, ao cargo de Governador do Estado.

¹⁰ Neste texto é adotada a escrita da época.

¹¹ O livro mencionado, no relatório da Diretoria Geral do Ensino, a *Arithmetica Elementar Illustrada*, de autoria de Antonio Bandeira Trajano, português nascido em 1843 e que chegou ao Brasil em 1857. Essa obra foi submetida a um júri numa exposição de materiais pedagógicos no Rio de Janeiro e premiada por possuir propostas inovadoras e modernizadoras, tornando-se nacionalmente conhecida e indicada para adoção pela Instrução Pública de vários estados brasileiros a partir de 1893. A primeira publicação do livro foi em 1879, à edição aqui citada é a 92ª. E foi até 138 edições, encerrada em 1960.

Já em relação ao método intuitivo, citado anteriormente, nos Regulamentos, foram identificadas referências também em outros tipos de fontes, por exemplo, em uma Mensagem¹² apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado à época, há o seguinte registro o “[...] methodo preferido é o intuitivo, servindo o livro de auxiliar” (MENEZES, 1903, p.19). Essas e outras Mensagens apresentavam argumentos a favor da indicação desse método para o ensino primário em Sergipe.

Foi identificada outra referência com relação ao método, no relatório enviado pelo inspetor Geral do ensino do 2º distrito¹³, Olympio Mendonça, conforme está apresentado a seguir: “[...] ao término declaro que nas escolas publicas que visitei, expliquei minuciosamente o ensino intuitivo, recomendando ao mesmo tempo que fossem observados fielmente o Programma do Ensino Primário e o Regulamento Geral da Instrução Pública” (MENDONÇA, 1913, p. 9).

Em outro relatório do mesmo ano da mensagem, 1913, enviado pelo inspetor Geral do 4º distrito, Edgard Coelho, ao Diretor Geral da Instrução Pública Cônego Francisco Gonçalves Lima, é reforçado mais uma vez sobre o que recomendava o Regulamento em relação ao método: “[...] que é o método intuitivo [...] porque Pestalozzi¹⁴ dizia que o seu methodo era fundado na instrução pratica” (COELHO, 1913, p.12). Além disso, nesse documento, foi identificada a menção do autor de um manual para professores, “[...] Mas afirmou Calkins que não há preceptor que, estudando com affinco e sem prevenções o assumpto (refere-se às lições de coisas), não tenha afinal de vir a confessar a importância desse sistema de ensino [...]” (COELHO, 1913, p.16, *grifo do autor*). Consta-se dessa forma, mais uma vez a indicação do método de ensino, no caso, o intuitivo e a referência a Calkins e ao estudo das lições de coisas, tais informações foram tomadas como indícios que método e obra foram utilizadas, à época, por professores do ensino primário sergipano.

¹² As Mensagens eram documentos escritos e assinados pelo Presidente do Estado e enviadas anualmente à Assembleia Legislativa de Sergipe, por meio desse tipo de documento o gestor prestava contas e apresentava propostas de providências para problemas do Estado. Por exemplo, na mensagem enviada pelo então Presidente Josino Menezes está posta a seguinte informação: “É um dever constitucional o que hoje cumpro, como depositário do Poder executivo, trazendo ao conhecimento dos representantes do povo sergipano à situação político-administrativa do Estado, no período que decorre de 24 de Outubro de 1902 a 7 de Setembro de 1903” (MENEZES, 1903, p.2).

¹³ De acordo com o Regulamento, seria nomeado pelo Presidente do Estado, sob proposta do Diretor, um delegado que se chamará inspetor de ensino e que terá entre as incumbências de inspecionar, as escolas e verificar se o programa estaria sendo cumprido.

¹⁴Sobre Pestalozzi há uma pesquisa em andamento desenvolvida por um dos membros do grupo de pesquisa local do Núcleo de Investigação sobre História e Perspectivas Atuais da Educação Matemática (NIHPEMAT).

Além disso, essas indicações remetiam não somente ao método, mas também a um referencial que os professores poderiam consultar, no caso era o manual de Norman Allisson Calkins, que indicava a adoção para uso dos mestres. No documento, ainda está registrado a seguinte informação: “[...] digo ainda que costumava sempre divulgar pelas escolas o nome dos livros adotados [...] e a obra ‘Lições de Coisas’ de Calkins para estudo do Mestre” [...] (COELHO, 1913, p.26). O mesmo relator, numa visita realizada a uma escola, situada no interior do estado de Sergipe, registrou: “[...] Visitei esta aula trez vezes. Possui o livro ‘Lições de Cousas’ por Calkins traduzido pelo Cons. Ruy Barbosa” (COELHO, 1913, p. 38-39). As informações apresentadas por meio dos recortes, postos anteriormente, foram tomadas como um indicativo que o manual produzido por Calkins foi conhecido por algum gestor da época e por professores primários.

O *Manual de Ensino Elementar “Primeiras Lições de Coisas”*, para uso dos pais e professores de autoria de Norman Allisson Calkins, foi traduzido em 1886 por Rui Barbosa¹⁵. E segundo Souza (2006), tinha “o duplo propósito de evidenciar as diretrizes teóricas apresentadas [...] conjunto de prescrições metodológicas para o ensino, desdobrando-se em lições, exercícios e atividades” (SOUZA, 2006, p.89).

A partir desses indicativos sobre a obra de Calkins (1886/1950) e da necessidade de atender ao objetivo da pesquisa aqui apresentada, a opção adotada foi efetuar um exame preliminar para compreender aspectos relacionados aos saberes elementares aritméticos e ao método intuitivo no referido manual.

“*Princípios Fundamentais das Lições de Coisas*”, apresentava segundo Calkins (1886/1950), um roteiro que prepararia pais e mestres para a educação de crianças para o estudo da natureza do espírito, a condição de puerícia¹⁶ delas, ou seja, encaminhava a criança correspondendo ao que era próprio da idade que ela tinha, sem formalismos, com os seus “modos naturais de desenvolvimento e os processos melhor adaptados a disciplinar-lhe acertadamente as faculdades” (CALKINS, 1886/1950, p. 29). Um resumo desse entendimento está posto na longa citação posta a seguir.

1. É pelos sentidos que nos advém o conhecimento do mundo material. Os primeiros objetos onde se exercem as nossas faculdades são as coisas e os fenômenos do mundo

¹⁵ A edição de 1950 foi localizada e aqui investigada. Está disponível na Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, no endereço < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>> Acessado em 04 de fevereiro de 2016.

¹⁶ É definido como o período da vida compreendido entre a infância e a adolescência. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acessado em 30 mar 2016.

exterior. 2. A percepção é a primeira fase da Inteligência [...]. 3. A existência de uma noção no espírito nasce da percepção das semelhanças e diferenças entre os objetos. [...]. 4. Todas as faculdades medram, e robustecem a poder de exercício adequado: correndo o risco de se debilitarem, se as sobrecarregamos, ou se as aplicamos a matérias que não estejam ao seu alcance. 5. Algumas das energias mentais são tão ativas e quase tão vigorosas no menino, quanto no homem: tais a sensação, a percepção, a observação, a comparação, a simples retentiva e a imaginação. Outras não chegam ao seu desenvolvimento cabal, antes que a criança toque o período da maturidade. Entre estas estão a razão, a memória filosófica e a generalização. 6. O mais natural e saudável incentivo para obter, entre as crianças a atenção e a aquisição de conhecimento, é associar a recreação ao ensino. [...]. 7. É do bom ensino o inspirar contentamento à infância [...]. 8. Os hábitos de atenção firme são permanentes mananciais de educação intelectual [...]. Mas o grande segredo, para fixar a atenção das crianças, esta em aguçá-lhes a *curiosidade*, e satisfazer-lhes o *amor de atividade* [...]. 9. O processo natural de ensinar parte do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos fatos, para as causas; para os nomes, para as idéias, para as palavras; dos princípios para as regras (CALKINS, 1886/1950, p. 29-31).

Verifica-se que os *Princípios*, eram propostos para servirem de base para a educação das crianças, a partir da adoção de etapas significativas, para que o conhecimento do mundo material seja adquirido a partir dos sentidos. Para Calkins (1886/1950), havia uma ordem para formação das ideias, que começava pelos sentidos, seguido da imaginação, a atenção e a sensação que precedeu a percepção; o raciocínio, o juízo, a observação, conseqüentemente, à comparação e classificação, para por fim chegar ao conhecimento.

Foi possível também identificar no exame efetuado em Calkins (1886/1950), aspectos relacionados aos saberes elementares aritméticos, por exemplo na lição “Número”.

Habilitado o menino a discernir as coisas pela forma e pela cor, entra a advertir em dois ou mais objetos, e assim recebe a primeira noção de mais de um. É o ponto de partida no aprender a numeração. Em mui verdes anos se obtém essa ideia rudimentar do número, a qual, até a criança aprenda a contar objetos se alargam essas ideias elementares, dando assim a criança os primeiros passos no conhecimento do número. Desde as primeiras tentativas de enumerar objetos, cumpre que comece, pois, a instrução da infância nos elementos de aritmética (CALKINS, 1886/1950 p. 245).

Além do que está posto na citação ainda há outras relacionadas a saberes elementares aritméticos apresentadas como: *Lições para ensinar a somar; Lições para ensinar a diminuir; Lições para ensinar acerca da ordem dos números; Somar sem contar; Somar por coluna; do somar; do diminuir; do multiplicar; Tabuada de dividir; Lições para ensinar para desenvolver as ideias de partes iguais, ou frações; Do tamanho (contar, medir, pesar e comparar); Lições para desenvolver a ideia de tamanho geral; Lições para desenvolver as ideias de comprimento e sua medida, Lições para desenvolver as ideias de largura e espessura, Lições para desenvolver as ideias de lições para desenvolver as ideias de altura e profundidade, Lições*

para desenvolver as ideias de medidas normais e por fim Lições para desenvolver as ideias de distância e sua medição.

Foi a partir do que está prescrito nas lições de Calkins (1886/1950), que começa com a aprendizagem da numeração para os elementos da aritmética e finaliza com medidas e da sistematização para saberes aritméticos elementares, apresentada anteriormente, a partir da identificação dos conteúdos que deveriam ser ensinados no curso primário na *Arithmetica Elementar* de Antonio Trajano (1922), que foi possível tecer um refinamento para saberes elementares aritméticos, que para a investigação passou a ser caracterizado como saberes propostos para os primeiros anos do ensino primário para tratar sobre números, sua representação, a arte de calcular por meio de algarismos de forma prática com as quatro operações, frações e sistemas de unidades de medidas, proporção, regra de três, porcentagem e desconto. A partir da construção desse entendimento, foi facilitado identificar os saberes nos Programas de Ensino de Sergipe.

Aspectos relacionados aos saberes elementares aritméticos em Programas do ensino primário em Sergipe

Os Programas de Ensino¹⁷ localizados para exame foram os datados de 1912, 1915, 1916, 1917, 1924, 1931, 1938 e 1944.

O primeiro Programa foi instituído no governo do Presidente José Siqueira de Menezes, em 1912 e é o Programa de Baltazar Goes, organizado para quatro anos. Os saberes elementares aritméticos são identificados em duas secções de cada matéria/disciplina Aritmética e é iniciado com a ideia de número indo até regra de três.

Ao examinar os Programas de Ensino citados, a opção adotada foi elencar os conteúdos que podiam ser caracterizados como saberes elementares aritméticos: *números; operações aritméticas; operações com problemas; frações e suas operações; grandezas, proporções, juros simples; medidas.*

Nos Programas mencionados há também indicação do método de ensino intuitivo. No caso dos anos de 1915 e de 1917, os Programas, assinados pelo Diretor Geral, Dr. Helvécio de Andrade, continham instruções gerais, regras de conduta, comportamento e orientações aos

¹⁷ Disponíveis no repositório da UFSC.

professores. Na primeira página, do referido Programa, está registrado um ensinamento sobre um material utilizado nas aulas de Aritmética com a seguinte recomendação: “Toda vez que os alumnos levantarem-se ou estiverem desoccupados, em torno do quadro negro, da carta de Parker, crusarão os braços ou conservarão as mãos para traz” (SERGIPE, 1917, p.4). Pelo que está posto na citação, é possível aferir, que a postura do aluno diante do material é de observador, ou dito com outras palavras, o aluno identificava as coisas a partir do olhar.

No Programa de 1917, o autor sugere para o 2º ano, que na falta da Carta de Parker o professor deveria utilizar o palito e dividi-lo em partes para explicar a ideia da unidade, meios, terços, etc. Defende-se aqui que essa sugestão é um indicativo para garantir o uso do método intuitivo como defendido por Calkins (1886/1950).

Em relação aos saberes elementares aritméticos foram identificadas algumas alterações, como por exemplo, os cálculos mentais, as frações homogêneas e heterogêneas, o mínimo denominador comum, e a divisibilidade dos números que foram prescritos em 1916, não o foram em 1917. No entanto os sinais das operações e os números *mixtos* foram acrescentados. A regra de três simples, posta em 1912 retorna ao programa de 1917. Ao final do Programa existia uma lista dos *livros adotados*, com seus respectivos autores e os materiais necessários, destacando-se a *Arithmetica Elementar* de Antonio Trajano.

No Programa de 1924 constata-se que foi alterada desde a organização dos anos escolares que passou para a estrutura dos graus que antes eram anos até a inserção do conhecimento prático do “metro, do litro, do grammo e do aro” que foram postos no 2º grau¹⁸. Os sistemas monetário e métrico foram indicados a partir do 3º grau e estendiam-se até o 6º grau, também há estudos que poderiam está ligada a geometria, porém referiam-se ao que era prático.

Em 1928 o curso primário voltou a ser de quatro anos, na administração de Manoel Correa Dantas, porém um novo Regulamento e um novo Programa só vieram a ser identificados em 1931. Mas para o gestor, só deveriam ser criadas em seu governo, escolas, desde que possuíssem material adequado. Os processos de ensino apresentados por Manoel Correa Dantas são descritos a seguir no recorte de seu discurso:

[...] procuravam desenvolver nas crianças a espontaneidade, a liberdade de pensar, para acabar-se com o methodo condenado de repetir, de aprender de cór, sem reflexão,

¹⁸ Os graus eram as séries/ano de estudo no ensino primário. Vale destacar que no Programa de 1924, foi estendido até o 6º grau, mas nos demais eram apenas de quatro anos ou graus.

automatico, mecanizado, de sujeição absoluta á letra dos livros e á autoridade intangível do mestre (DANTAS, 1928, p. 28).

Verificamos a tendência de um novo método, cuja afirmação estava clara no tocante ao que estava em voga foi condenado. Preconizava no momento a espontaneidade, a liberdade de pensar. E para melhor esclarecer, entre os objetivos de renovação pedagógica, a renovação do material escolar para corresponder às finalidades da educação “para que possa ser ministrado o ensino eminentemente prático, objetivo, analytico-synthetico” (DANTAS, 1930, p. 34). Ao que tudo indica, seria então esse um novo método a ser inserido no ensino primário sergipano.

Em 1931, foi publicado pelo Interventor Federal no Estado de Sergipe, Augusto Maynard Gomes, o Decreto N. 25 que dá novo Regulamento à Instrução Primária do Estado. Nesse, a organização era a exigida nos Programas e preconizava “aquisição de hábitos uteis e distintos e desenvolvimento da razão pela observação dos factos da vida comum, individual e coletiva” (SERGIPE, 1931, p.4), mas também acrescentava a tarefa de “obter a melhor pratica do método geral por processos os mais intuitivos, uniformizando-os quanto possível” (SERGIPE, 1931, p. 6).

Ao examinar os artigos baixados pelo interventor, verificamos que o método intuitivo ainda era sugerido desde que desenvolvesse a razão pela observação dos fatos da vida comum. Para a execução dos Programas de ensino, as professoras deveriam obedecer a princípios do tipo: a intuição era a base do método e o objeto seria totalmente analisado, desde as suas partes, propriedades e aplicações, e depois a regra, a definição.

Ao final do elenco das matérias e conteúdos do Programa de 1931, foram inseridas as observações e orientação. Convém destacar, a primeira orientação que fez referência ao tamanho do Programa em relação aos anteriores e ao método de ensino que passou a ser adotado em Sergipe.

a) É o programma ‘mínimo’ da Escola Nova – que dá liberdade e autonomia ao professor para, dentro das linhas geraes no methodo intuitivo-analytico, adaptar, crear mesmo processos mais naturaes e efficientes, e aos alunos ensejos francos de expandir suas atividades e predileções [...] (SERGIPE, 1931, p. 14).

Constata-se pelo recorte, em citação, explicitamente uma proposta de mudança para o ensino primário sergipano, que promoveria alterações na educação, pelo menos era o que estava prescrito nos documentos. E essas mudanças foram observadas em outros estados do Brasil, de acordo com Pardim e Souza (2012), como foi o caso do Mato Grosso do Sul, porém as

orientações são as mesmas para o ensino primário brasileiro¹⁹. “A Escola Nova foi um movimento educacional que, por meio de propostas, procurou modernizar o ensino trazendo para a escola as novas descobertas, nos ramos das várias ciências, acerca do ensino e da aprendizagem” (PARDIM E SOUZA 2012, p. 7). Ainda complementa com os quatro pontos básicos propostos pela Escola Nova.

1) A “revisão crítica” dos meios tradicionais do ensino, nos quais a individualidade não era fator de preocupação. 2) Inclusão de fatores históricos e culturais da vida social na formação educacional. 3) A utilização dos novos conhecimentos da biologia e da psicologia para que o educador estabeleça os estágios de maturação do indivíduo na infância, assim como o desenvolvimento de sua capacidade individual. 4) A transferência da responsabilidade da ação educadora da família e da Igreja para a Escola, como forma de amenizar as diferenças sociais e culturais existentes entre os diversos grupos e, juntamente com isso, a responsabilização do Estado pela educação do indivíduo. (LAMEGO, 1996 apud PARDIM E SOUZA, 2012, p. 7). (grifo do autor).

Os pontos básicos descritos estão subentendidos, na fala dos Presidentes de Sergipe e nas orientações postas nos Regulamentos e Programas de Ensino, enfatizando que o aluno nesse método era o centro das atenções e a individualidade, a observação dos fatos da vida entre outras coisas faz dele um ser importante.

Convém destacar, entre as observações e orientações para a distribuição das aulas identificadas no Programa de 1931, o caso das aulas aos sábados, que eram destinadas às lições gerais e entre elas “[...] exercícios de cálculo mental rápido, que interessem toda a aula, propostas as questões conforme as classes, desde as mais fáceis adição, subtrações, etc. até os limites do programma para os mais adeantados” (SERGIPE, 1931, p. 15-16). Só ficou explicitado como os professores deveriam tratar esses saberes utilizando o método intuitivo. Vale destacar, que nesse programa na lista dos livros que deveriam ser adotados está a *Arithmetica Elementar* de Trajano, com a ressalva que, os alunos não decorassem regras e definições .

Uma fonte que ganhou relevância para a temática aqui apresentada e merece ser examinada é o Relatório Anual, de autoria do Diretor Geral do Ensino, o Dr. Helvécio de Andrade e foi apresentado ao Interventor Federal em 24 de outubro de 1931. Uma parte

¹⁹ Este movimento educacional tinha como representantes no Brasil, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, entre outros. Estes intelectuais, inspirados pelos ideais da Escola Nova, procuraram implantar um novo modelo educacional no país. Foi na Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República no Brasil derrubando uma política voltada às grandes oligarquias rurais, que estes renovadores perceberam a oportunidade de se implantar tal projeto que viria modernizar a atual situação do ensino no Brasil. (PARDIM E SOUZA, 2012, p. 8).

significativa do texto foi intitulado de “Escola Ativa”, que no entendimento de Helvécio de Andrade, não era novidade e sim ideias do movimento da Escola Nova advindo de intelectuais de São Paulo, que utilizaram as ideias de Decroly²⁰ e que já contavam nas orientações do Programa de 1931. No Relatório, ele expõe: “Escola ativa não é mais que a pratica do método objetivo, animada por processos ativos, dinâmicos – palavra nova de uma idéa velha. A escola clássica, tradicional caracterisava-se pela passividade do mestre e do aluno” (ANDRADE, 1931, p. 10).

Segundo Helvécio de Andrade, o método da Escola Ativa era constituída por não trazer novidades, o que propunha era um maior contato com o aluno, com o mundo ao seu redor e que mesmo observasse e descobrisse “as suas faculdades” de forma constante. Ainda, de acordo com Helvécio, “toda Escola Ativa” gira em torno dos “centros de interesse” que está posto no Programa de 1931.

Que são centros de interesse?

‘Tudo o que peço, diz Decroly, está nos programas communs’. Só há uma diferença: ‘eu proponho crear um laço entre as materias, para fazel-as convergir ao mesmo ponto, ou centro’...

Qualquer circumstancia ocasional, um acontecimento que impressione os alunos, uma árvore, um fructo de tamanho ou forma invulgar, tudo serve ao professor, no momento, para crear um centro de interesse infantil.

Ex: o dia está chuvoso. Sobre a chuva, que cae, o professor dá uma lição de physica, de higiene, de cultura agrícola etc. – Em vez de chuva é o sol do estio [...]. Na aula, nas excursões, mil coisas se oferecem á observação e servem de ‘centros de interesse’ ás lições geraes (SERGIPE, 1931, p. 16-17).

Compreende-se que, para Decroly, pelo que está posto em Helvécio, qualquer objeto pode ser explorado pelo mestre, fazendo-o um centro de interesse. Ele propõe uma ligação entre as matérias/disciplinas concorrendo para o mesmo fim, dito de outra forma, para Decroly

²⁰ Ovide Declory (1871-1932), educador belga, cuja proposta de método “[...] partia da ideia da globalização do ensino para romper com a rigidez dos programas escolares. Decroly elaborou a idéia de “centros de interesse” que seriam uma espécie de ideias-força em torno das quais convergem as necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais do aluno. Para Decroly, existiriam 6 centros de interesse que poderiam substituir os planos de estudo construídos com base em disciplinas: a) a criança e a família; b) a criança e a escola; c) a criança e o mundo animal; d) a criança e o mundo vegetal; e) a criança e o mundo geográfico; f) a criança e o universo. Foram as pesquisas em psicologia infantil de Decroly que levaram o educador à criação de um novo sistema de ensino primário, cuja finalidade seria preparar a criança para a vida. Dessa forma, concebeu a escola ideal, que deveria se situar num ambiente que tornasse possível à criança observar, diariamente, os fenômenos da natureza e as manifestações de todos os seres vivos”. Disponível em < <http://www.educabrasil.com.br/metodo-decroly>>. Acessado em 25 de mar de 2016.

deveria haver uma comunicação entre essas matérias/disciplinas, um foco no qual todos os mestres deveriam direcionar o olhar.

Após o período de intervenção, não foi identificado Regulamento ou Programa, mas em 13 de janeiro de 1938, Arício de Guimarães Fortes, diretor geral do Departamento de Educação autorizou a publicação do Programa para o ensino das Escolas Primárias Públicas e Particulares do Estado de Sergipe. Notou-se nesse Programa uma mudança na forma de citar a matéria/disciplina, que deixava de ser *Aritmética* e passa a ser *Matemática*²¹. Apesar de mínimo, o Programa apresentou mais detalhes nos conteúdos que no de 1931, com uma descrição que em muitas vezes se assemelhava ao Programa de 1924, porém possuía detalhes mais elaborados em relação à *divisibilidade, as operações aritméticas* e o *Sistema Métrico*.

Como um exemplo de saber elementar aritmético que não estava prescrito em todos os Programas, destaca-se o caso de “Medidas”, mencionadas nos Programas de 1912 a 1931 de forma sucinta, em 1912, foi prescrito, apenas na segunda seção do terceiro ano: “a) Systema metrico, conhecimento pratico de pesos e medidas” (SERGIPE, 1912, p.), não apresentava detalhes de como seria esse ensino. Não obstante, no Programa de 1938²² a indicação do mesmo saber foi sugerida do primeiro ao quarto anos, sendo que, nesse último com detalhes que poderiam facilitar o entendimento e a possibilidade de por em prática, como apresentado a seguir:

Sistema Métrico. Grandezas e unidades principais: comprimento superfície e volume. Capacidade e peso. Conhecimento completo do metro linear, do metro quadrado. Do metro cubico, do litro e do gramo. Multiplos e submultiplos das unidades principais. Reduções metricas
Problemas sobre sistema Metrico.
Tipo de Problemas:
 $m \times m \times m = m^3$ ²³
 $m^2 \times m = m^3$
[...]
Correspondencia entre as unidades de volume, capacidade e peso.
1 cm^3 corresponde a 1 g e a 1 ml
1 m^3 corresponde a 1 lt e a 1 kl
[...]
Medidas antigas: Tonelada, quintal, légua métrica, etc.

²¹ Abrangia também saberes elementares aritméticos e geométricos.

²² Vale ressaltar que similar ao Programa de 1938 foi à publicação do ano de 1944, com uma alteração mínima identificada na 2ª seção do 4º ano, na qual, no primeiro, a parte que cabia a correspondência entre as unidades de volume, capacidade e peso foi exemplificada e em 1944, o exemplo foi suprimido.

²³ A representação para $m \times m \times m = m^3$, pode ser entendida como m^3 e em $m^2 \times m = m^3$, como $m^2 \cdot m = m^3$, assim como 1 cm^3 como 1 cm^3 .

Conhecimento completo do metro linear, do metro quadrado. Do metro cubico, do litro e do gramo. Multiplos e submúltiplos das unidades principais. Reduções métricas.

Medidas antigas. Reduções de medidas antigas e modernas e vice-versa (SERGIPE, 1938, p. 20).

No recorte apresentado dos dois Programas verificamos que o saber “Medidas” não foi detalhado em 1912. A partir dessa constatação, é possível efetuarmos a seguinte indagação: essa diferença entre os programas pode ser uma característica da ênfase dada ao método intuitivo e as alterações em implementação de um movimento para o ensino primário de Sergipe? É possível que sim, devido a considerações indicadas pelos gestores que recomendavam um Programa que desse liberdade e autonomia ao professor para adaptar, criar de forma mais natural e eficiente com possibilidades de expansão do saber.

Considerações

O exame das fontes em busca de elementos para caracterizar os saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino primário de Sergipe no período de 1890 a 1931, foi constatado que ocorreram mudanças em relação aos saberes prescritos.

Para isso inicialmente, foi necessário tecer um entendimento para saberes elementares aritméticos, a partir de indicações que foram referenciadas nas fontes, foi refinado um entendimento tomando como referência Trajano (1922) e Calkins (1886/1950). E saberes elementares aritméticos passou a ser caracterizados como os conteúdos propostos para os primeiros anos do ensino primário para tratar sobre números, sua representação, a arte de calcular por meio de algarismos de forma prática com as quatro operações, frações e sistemas de unidades de medidas, proporção, regra de três, porcentagem e desconto, que foram identificados nos Programas de Ensino. Apesar da maioria dos saberes terem permanecidos inalterados, foi identificado mudança no caso do saber “Medidas”.

Já em relação aos métodos, os gestores indicavam o método intuitivo, conforme prescreviam os Regulamentos, Programas, Mensagens e Relatórios da época. Porém a partir de 1924, foi possível identificar indícios da presença de métodos associados ao movimento da Escola Nova, com destaque para os “centros de interesse”.

Referências

CALKINS, N. A. **Primeiras Lições de Coisas**. Rio de Janeiro: À Noite, Ministério da Educação e Saúde, [Volume XIII, tomo I das Obras completas de Rui Barbosa]. 1886/1950, 575p.

COSTA, D. A. (VALENTE, W. R. [Org.]). **Repositório** –Cadernos de Trabalho. Vol.3. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, 49p.

FERREIRA, J dos S. **A Aritmética da Escola Primária em Sergipe: Uma Investigação Sobre Conteúdos, Métodos e Recursos (1901-1931)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

FONSECA, S. S. da. **Aproximações e distanciamentos sobre os saberes elementares geométricos no ensino primário entre Sergipe e São Paulo (1911-1930)**.

Dissertação(Mestrado). 2015. 112f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133877> >. Acesso em: 16 jan. 2016.

LEME DA SILVA, M. C. Caminhos da Pesquisa, caminhos pelos saberes elementares geométricos: a busca da historicidade da *prática* nos estudos da educação matemática no Brasil. In: VALENTE, W. R. [Org.]. **Prática** –Cadernos de Trabalho. Vol.3. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p.15-53.

OLIVEIRA, M. A. de. **Antônio Bandeira Trajano e o Método Intuitivo para o Ensino de Arithmetica**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju. 2013. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105123> >. Acesso em: 16 jun. 2015.

PARDIM, C. S. ; SOUZA, L. A. de. In: IV Simpósio de Educação Matemática de Nova Andradina, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. **O Movimento da Escola Nova no Brasil da Década de 1930**. Mato Grosso do Sul, 2012, 12p. Disponível em: http://www.uems.br/eventos/semana2012/arquivos/49_2012-09-28_15-35-43.pdf, Acesso em: 07 jan. 2016.

SANTOS, V. J. de J. **Uma investigação acerca dos saberes elementares matemáticos na formação de normalistas em Sergipe (1890 – 1930)**. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133878>>, Acesso em: 07 jan. 2016.

SANTOS, I. B.; FONSECA, S. da S. Saberes Elementares Matemáticos para o Curso Primário em Sergipe (1911-1924). In: COSTA, D. A. da.; VALENTE, W.R. [org.]. **Saberes Matemáticos no Curso Primário: O Que, Como e Por Que Ensinar?** São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2014, p. 233-255.

SOUZA R. F. de. Espaço da Educação e da Civilização – origem dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. [et al.]. **O Legado educacional do século XIX**. 2ª ed. Ver e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 224p.

TRAJANO, A., **Arithmetica Elementar-illustrada, ensino theorico e pratico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 92ª edição, 1922. 138p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/1785>>. Acesso em: 15 maio 2014.

VALENTE, W. R. [Org.]. **Elementar** – Cadernos de Trabalho. Vol.3. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, 50p.

Mensagens, Regulamentos, Programas e Relatórios

COELHO, E. , **Relatório da Inspeção Geral do Ensino do 4º Distrito**, de 6 de junho de 1913, Localizado no Arquivo Público de Sergipe - APS. Aracaju-SE: [s.n.], 1913.

DANTAS , M. C. **Mensagem Presidencial de 07 de Setembro de 1928** apresentada pelo Presidente da Província Manoel Correa Dantas, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE. Aracaju-SE: Imprensa Oficial. 1929.

DANTAS , M. C. **Mensagem Presidencial de 07 de Setembro de 1928** apresentada pelo Presidente da Província Manoel Correa Dantas, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE. Aracaju-SE: Imprensa Oficial, 1928.

DANTAS , M. C. **Mensagem Presidencial de 07 de Setembro de 1930** apresentada pelo Presidente da Província Manoel Correa Dantas, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE. Aracaju-SE: Imprensa Oficial, 1930.

LOBO, J. J. **Mensagem Presidencial de 07 de Setembro de 1922** apresentada pelo Presidente da Província Manoel Correa Dantas, Localizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE. Aracaju-SE: [s.n.], 1922.

MENDONÇA, O. **Relatório da Inspeção Geral do Ensino do 2º Distrito**, de 6 de junho de 1913, Localizado no Arquivo Público de Sergipe - APS. Aracaju-SE: [s.n.], 1913.

MENEZES, J. **Mensagem Presidencial de 07 de Setembro de 1903** apresentada pelo Presidente da Província Manoel Correa Dantas, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE. Aracaju-SE: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1903.

SERGIPE, **Programa para o Curso Primário de 1917**, Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____, **Programa para o Curso Primário de 1931**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1931. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116817>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____, **Regulamento, de 29 de Outubro de 1921**. Coleção de Leis e decretos. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe. Localizado no Instituto Histórico e Geográfico- IHGSE. 1921.

_____, **Regulamento de 11 de Março de 1924**, Coleção de Leis e decretos. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe localizado na Biblioteca Pública do Estado de Sergipe- Aracaju -
 Perspectivas da Educação Matemática – INMA/UFMS – v. 9, n. 19 – Ano 2016

SE. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104709>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____, **Regulamento Decreto Nº 25 de 3 de Fevereiro de 1931**. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe Localizado na Biblioteca Pública Epifânio Dorea, Aracaju-SE Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124885>> Acesso em: 12 jan. 2015.

RELATÓRIO da Diretoria Geral do Ensino Público. Localizado no Arquivo Público de Sergipe - IHGSE. Aracaju-SE.

Submetido em março de 2016

Aprovado em maio de 2016

